



Memória Institucional- arquivo administrativo

Uma nação só encontra sua identidade quando conhece seu passado, reflete sobre ele e compreende que o presente é resultado de escolhas feitas por sujeitos com interesses e valores diferenciados. A memória de um povo, de um país, de uma instituição revela muito do que ela pretende ser e das bases que edificaram seus princípios e ideais.

*“A preservação documental é de suma importância para a história da Humanidade. A memória institucional de um determinado órgão público, como é o caso desta Justiça Federal, depende muito dos documentos antigos encontrados nos seus arquivos. Por isso a necessidade de ações voltadas para a conservação desses documentos para que, um dia, pesquisadores possam utilizá-los como ponto de partida para registrar essa história, pois neles podemos encontrar informações sobre a ação do homem em determinado espaço e contexto. É através de vestígios como estes: **Escritos; os achados arqueológicos** ou até mesmo através **da História oral (entrevista)** que temos o privilégio de conhecermos uma parte da História da Humanidade, que vai desde a Pré- história até a História contemporânea. Portanto, esses documentos, embora poucos, serão como um prato cheio para um pesquisador com vontade de desvendar uma grande história”.* Esta reflexão foi construída pela servidora Jorgeci Silva de Lima, técnica-judiciária, uma das responsáveis pela organização e preservação do arquivo administrativo da Seção Judiciária do Acre.

É relevante destacar que Jorgeci é formada em História e mesmo não sendo arquivista contou com a força de vontade e perseverança como seus grandes aliados, além dos colegas, como o servidor Carlos Alberto Alves Gouveia. Juntos conseguiram transformar radicalmente a Seção de arquivo desta Seccional. Segundo o servidor,

“o arquivo era escuro, sem ventilação, muito sujo, apresentava muitos papeis, documentos e processos fora de caixas, amontoados em mesas e prateleiras, todos empoeirados, tinham muitas caixas cheias de pastas no chão com documentos que poderiam ser descartados, conforme tabela”.

O que antes era um montante de documentos espalhados em local inapropriado, com baixa iluminação e circulação de ar, hoje é um lugar mais condizente com os parâmetros de locação de um arquivo documental. Apesar de muito já ter sido feito, ainda há muito trabalho a ser desenvolvido.

Antes de Jorgeci, outros servidores tentaram organizar o arquivo, mas sem obter muito êxito devido ao pouco tempo que havia disponível para a atividade, pois, além do serviço documental, o servidor tinha que se revezar com outras funções de sua responsabilidade.

“Decidi, então, que não poderia mais adiar de forma alguma o trabalho com o arquivo e para isto precisei estabelecer uma estratégia que conciliasse o protocolo, a gestão dos contratos e o Arquivo”, ela relata.

Foram 07 meses de dedicação constante à organização, seleção, descarte e arquivamento de documentos. O primeiro critério estabelecido pela servidora para organizar os escritos foi a historicidade. O mais antigo documento encontrado data do ano de 1963 e trata-se de uma autuação, porém existem processos bem mais antigos, visto que antes da instalação da Seção Judiciária, todos os processos tramitavam no TJ, após a instalação eles foram redistribuídos.

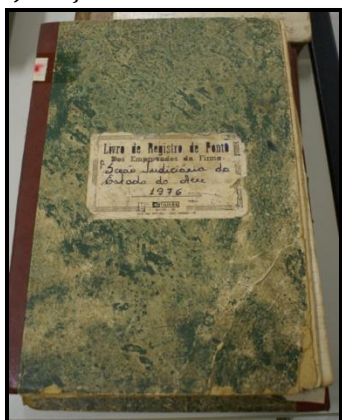
Jorgeci e Carlos procuraram textos que abordassem os vestígios de instalação desta Justiça Federal no Estado do Acre, a origem da Seccional. O livro de ponto de 1976 é um desses documentos.

“Vejo que os mesmos nos levam ao túnel do tempo da Justiça Federal do Acre e podem ser preservados para a memória institucional”, explicitou a servidora.

Entre os achados também consta objetos de importância histórica e peculiar, como o sino usado antigamente pelo leiloeiro para chamar as pessoas nas ruas para os leilões.

Além desses escritos e objetos históricos, foram organizados também, muitos processos, obedecendo a tabela PCTT – Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade da documentação Administrativa da Justiça Federal.

Ressaltamos que a organização e manutenção do arquivo administrativo é obra de várias mãos. Servidores, funcionários e prestadores de serviço que decidiram dedicar seu tempo para guardar uma parte da história desta Justiça Federal e preservar documentos significativos e pertinentes ao trabalho do judiciário.



“A Seção Judiciária do Estado do Acre foi instalada em caráter provisório em 27 de maio de 1967. O quadro inicial de pessoal era composto por um juiz federal mais seis servidores. A instalação oficial ocorreu no dia 30 de maio de 1968, na Rua Rui Barbosa n. 4, pelo primeiro Juiz Federal Titular Ilmar Nascimento Galvão, com apenas uma Vara de competência mista. Naquela data foi proferida a primeira sentença a qual se referiu aos autos 88 — Protesto Marítimo. A primeira audiência foi realizada em 30 de junho de 1969”.

[GALERIA DE FOTOS](#)

E-mail: informativo@trf1.jus.br

“Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir”. (José de Souza Saramago)